



***INTRODUÇÃO DO DEBATE SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO  
IFCE CAMPUS CRATO: OS PRIMEIROS PASSOS***

***INTRODUCCIÓN DEL DEBATE SOBRE GÉNERO Y DIVERSIDAD EN  
EL IFCE CAMPUS CRATO: LOS PRIMEROS PASOS***

***INTRODUCTION OF THE DISCUSSION ON GENDER AND DIVERSITY  
IN THE IFCE CAMPUS CRATO: THE FIRST STEPS***

***Lorena Kelly Alves Pereira<sup>1</sup>***

***Francisete Pereira Fernandes<sup>2</sup>***

**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo relatar os primeiros passos do surgimento do debate sobre gênero e diversidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE *campus* Crato a partir da construção coletiva de um evento que, posteriormente, passou a fazer parte da política de atuação da escola em relação a esses temas. Trata-se do evento chamado Encontro sobre Diversidade, que tem como público-alvo estudantes, professores(as) e técnicos(as) da instituição, bem como a comunidade em geral. Este é um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que discorre sobre o surgimento do evento sobre diversidade como uma política de atuação do *campus*, sua concepção e seus impactos no cotidiano escolar. Conclui-se que a realização anual desse evento suscita e fortalece a discussão sobre gênero e diversidade no ambiente escolar, promovendo um espaço educativo para a prática da cidadania e da democracia, proporcionando o desenvolvimento de competências individuais e coletivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Diversidade. IFCE *campus* Crato.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação Agrícola pela UFRRJ, com pesquisa em gênero e diversidade sexual na escola. Servidora do IFCE, Crato, Ceará, Brasil.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação Agrícola pela UFRRJ, com pesquisa em gênero. Servidora do IFCE, Crato, Ceará, Brasil.

## RESUMEN

Este artículo tiene por objetivo relatar los primeros pasos del surgimiento del debate sobre género y diversidad en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Ceará - IFCE *campus* Crato a partir de la construcción colectiva de un acontecimiento que, posteriormente, pasó a hacer parte de la política de actuación de la escuela en relación a esos temas. Se trata del evento llamado Encuentro sobre Diversidad, que tiene como público destinatario a los estudiantes, profesores y técnicos de la institución, así como a la comunidad en general. Este es un estudio descriptivo, del tipo relato de experiencia, que discurre sobre el surgimiento del evento sobre diversidad como una política de actuación del *campus*, su concepción y sus impactos en el cotidiano escolar. Se concluye que la realización anual de un evento como ese suscita y fortalece el debate sobre género y diversidad en el ámbito escolar, promoviendo un espacio de educación para la ciudadanía y la democracia, proporcionando, además, el desarrollo de competencias individuales y colectivas.

**PALABRAS-CLAVE:** Género. Diversidad. IFCE *campus* Crato.

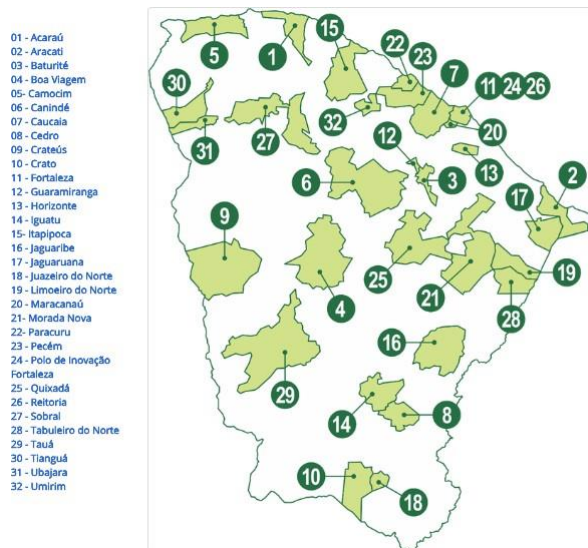
## ABSTRACT

This paper aims to report the first steps regarding the origin of the discussion on gender and diversity in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará – IFCE, Crato *campus*. It is based on the collective construction of an event that later became part of the action policies of the school in relation to these themes. The given event, called Diversity Meeting, whose target audience are students, teachers and school's technicians as well as the community in general. This is a descriptive study in which there is an experience report, whose goal is to talk about the origin of the event regarding diversity as an action policy of the *campus*, its conception and its impacts on school life. It is concluded that its annual execution raises and strengthens the discussion on gender and diversity in the school environment, promoting an educational space for practicing citizenship and democracy, providing the development of individual and collective competences.

**KEYWORDS:** Gender. Diversity. IFCE, Crato *campus*.

## Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. A instituição conta atualmente com mais de 30 *campi* espalhados pelo estado do Ceará, de acordo com dados divulgados no *site* da instituição, conforme demonstra a imagem abaixo:



Fonte: Site IFCE - <<https://ifce.edu.br>>

O *campus* Crato, porém, possui uma história muito mais longa do que a do próprio IFCE, pois seu surgimento data da década de 1950, com a implantação da Escola Agrotécnica do Crato. A primeira atividade ofertada pela escola foi um curso de tratorista. Isso se deve, talvez, ao fato de que, na época, a instituição era vinculada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAVE), órgão de competência do Ministério da Agricultura (PDI/IFCE, 2013).

Ao longo de sua existência, devido a várias reestruturações político-administrativas do Governo Federal, a instituição sofreu diversas alterações em sua organização. Na década de 1960 transferiu-se do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, mantendo, entretanto, o caráter de escola rural, com cursos predominantes na área agrícola. Presentemente, de acordo com informações contidas no site <<https://ifce.edu.br/crato>>, o *campus* oferece cursos de ensino profissional técnico de nível médio, nível superior e promove cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações). A instituição preconiza os seguintes valores como aspectos fundamentais:

O compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental. (PDI/IFCE, 2013, p. 15)

Assim sendo, em harmonia com esses valores e considerando o contexto histórico da escola, com uma cultura de cursos voltados tradicionalmente para o público masculino e um ambiente cuja presença de um debate contínuo e profícuo sobre questões de gênero e diversidade praticamente inexistiam, surgiu a ideia de se criar um evento que trouxesse a palco a discussão sobre esses temas.

### **Os primeiros passos: a formatação de um evento enquanto ação política do *campus***

A ideia de fomentar o debate sobre questões de gênero e diversidade no IFCE *campus* Crato surgiu em 2015, por iniciativa de duas servidoras técnicas-administrativas do Departamento de Assuntos Estudantis (DAE) – uma assistente de alunos e uma assistente social. As duas, entusiastas e estudantes dessas temáticas, tendo consciência de que a escola é um ambiente portador de tensões e conflitos, e por isso mesmo, um lugar de disputa política por excelência, pensaram em trazer à tona esse debate. Mas, dado o contexto histórico e a cultura organizacional do *campus*, notadamente fechado a essas discussões, elas pensaram: quais estratégias seriam necessárias para que a escola começasse a pautar questões de gênero e diversidade?

Ribeiro, Magalhães e Rizza (2017) consideram que os espaços de educação formal possuem acentuado papel na promoção da discussão dessas temáticas. Embasadas nos trabalhos que desenvolvem na formação de docentes e em suas pesquisas, elas afirmam:

Entendemos que a escola e a universidade são espaços privilegiados para a discussão sobre a diversidade, a diferença e a produção das identidades de gênero e sexuais [...]. Acreditamos que a discussão dessas questões possibilita a desconstrução dos modelos hegemônicos e naturalizados de se compreender e viver a sexualidade, entendendo que os discursos que falam sobre a sexualidade são construções sociais, históricas e culturais e que essa teia discursiva contribui para a produção dos sujeitos. (RIBEIRO; MAGALHÃES; RIZZA, 2017, p. 102)

Para essas autoras, e nós concordamos, as construções dos indivíduos enquanto sujeitos são permeadas por um emaranhado de discursos histórico-culturais e constructos sociais, especialmente relacionados a estereótipos e/ou a estigmas produzidos em torno da sexualidade. Sabemos que ao longo de sua existência a escola

frequentemente tem sido um lugar onde se exerce, além do ensino, a vigilância dos(as) corpos, com certa dose de patrulhamento de comportamentos, numa tentativa de controlar e enquadrar os(as) discentes a se portarem todos(as) da mesma forma no tocante às relações que se estabelecem dentro do ambiente escolar (FOUCAULT, 2014).

Nesse sentido, há de se ter cuidado com os tipos de discursos que são produzidos dentro do ambiente escolar. Grosso modo, na prática, nós podemos conceber dois tipos de escolas: a conservadora e a progressista. A primeira contenta-se em apenas operar e reproduzir discursos conservadores, sem refletir e sem questionar fatos, contextos, políticas, realidades socioculturais e demais elementos do cotidiano escolar, é pouco democrática, autoritária e reativa. Já a segunda destaca-se por querer ir sempre além, questiona, pondera, reflete a ação, é propositiva, democrática e proativa.

Em suma, em nossa visão, as escolas são conservadoras ou progressistas. Ou, ainda, interseccionistas, que são aquelas em que se entrecruzam e convivem, em permanentes tensões, os dois discursos: conservador e progressista. O fato é que não há escola nula, isenta, ou “sem partido”, como almejam alguns. A escola, seja de que tipo for, influencia na construção dos sujeitos e impacta, positiva ou negativamente, a vida das pessoas.

Por esse motivo Ribeiro, Magalhães e Rizza (2017) têm razão quando afirmam que a escola e a universidade são espaços privilegiados para fomentar a discussão sobre a diferença, a sexualidade e as identidades de gênero. Para as autoras, se um dos objetivos da educação é reconhecer as diferenças e valorizar a pluralidade, então “temas como estes não podem ficar às margens do currículo, ou ainda serem silenciados e invisibilizados” (RIBEIRO; MAGALHÃES; RIZZA, 2017, p. 89) dentro da escola.

Com esse entendimento, no segundo semestre de 2015, a assistente de alunos e a assistente social resolveram buscar o apoio dos(as) demais colegas do Departamento de Assuntos Estudantis (DAE) e do Setor Pedagógico para realizarem um evento que trouxesse à tona os temas em questão. Esse foi o primeiro passo. Dessa forma, DAE e Setor Pedagógico, através de seus(suas) servidores(as), uniram-se para pensar e organizar um evento que marcaria a história do *campus* e ficaria conhecido como Encontro sobre Diversidade.

Com a rede de apoio garantida e a proposta clara de se pautar um debate sobre diversidade no *campus*, o segundo passo foi formar uma comissão de organização e planejamento para definir o formato do evento, o público-alvo, os objetivos e os temas a

serem discutidos. A comissão, designada por portaria pelo Diretor-Geral do *campus*, foi composta por um membro do Setor Pedagógico, a pedagoga, e quatro membros do DAE, a assistente de alunos, a psicóloga, e as duas assistentes sociais. Essa comissão foi responsável por organizar, planejar e articular todos os detalhes da realização do evento. Em relação ao nome e formato, acordou-se que aquele seria o I Encontro sobre Diversidade e que seriam convidadas pessoas de outras instituições para participarem de uma mesa-redonda, com exposição de temas, seguida de debate com a plateia.

De acordo com Ferrari e Castro (2014), pensar sobre diversidade, especialmente as temáticas do corpo, gênero e identidades é pôr em percepção as nuances da pluralidade e das subjetividades:

Quando nos propomos a colocar essa questão em discussão, o fazemos a partir do contexto escolar e seus múltiplos desdobramentos, naquilo que se vincula a um entendimento de educação como algo que ocorre no interior das escolas ou mesmo como processos mais abrangentes de constituição dos sujeitos (FERRARI e CASTRO, 2014, p. 20).

Com essa compreensão é que se começou a pensar no evento como um meio não só de abordar questões relativas a gênero e diversidade como elementos que fazem parte da constituição dos sujeitos, mas também como uma prática educativa que tenha por finalidade apontar caminhos para a construção de um IFCE *campus* Crato mais inclusivo. Por essa razão, estabeleceu-se o compromisso de realizar o evento uma vez por ano. Logo, a cada ano é formada uma comissão que possui como atribuições: articular, organizar e promover o evento.

Assim sendo, a concepção e realização do Encontro sobre Diversidade fundamentam-se, entre outros documentos, no Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, no Plano Nacional de Educação, na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no II Plano Nacional de Política para as Mulheres, no Programa Brasil sem Homofobia, na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

As dificuldades, os desafios e os fatores impeditivos que surgem quando uma escola se propõe a trabalhar questões de gênero e diversidade são inúmeros. Um desses fatores existentes no meio escolar e que precisa ser combatido através de boas práticas educativas é o que Candau (2013) define como “daltonismo cultural”. Segundo a autora:

O daltonismo cultural tende a não reconhecer as diferenças étnicas, de gênero, de diversas origens regionais e comunitárias ou a não colocá-las em evidência na sala de aula por diferentes razões: a dificuldade e falta de preparo para lidar com estas questões ou o considerar que a maneira mais adequada de agir é centrar-se no grupo “padrão” [...] (CANDAUI, 2013, p. 27-28).

Nessa perspectiva, a realização de uma ação educativa como o Encontro sobre Diversidade contribui para o avanço do debate sobre gênero e diversidade, com vistas à transformação e inclusão sociais.

Após a concretização da primeira edição, em 2015, o evento passou a ocorrer anualmente, sendo realizado sempre com grandes expectativas e vencendo inúmeros desafios, uma vez que sua concepção pretende romper com velhos paradigmas e preconceitos, estabelecendo uma cultura de respeito à diversidade.

A cada ano o evento superou expectativas e alargou seu leque de atuação, envolvendo não só a comunidade interna do *campus*, como também a comunidade externa. Em consonância com as diretrizes do próprio Instituto Federal do Ceará e fazendo jus às orientações da Diretoria de Assuntos Estudantis – Reitoria/IFCE, que indicam a abordagem sistêmica dos temas em questão nas ações voltadas para os(as) estudantes, hoje o Encontro sobre Diversidade faz parte da política de atuação do *campus* Crato no que se refere às discussões sobre diversidade e educação.

Sua primeira edição ocorreu em 2015; a segunda, em 2016; a terceira, em 2017. E neste ano de 2018 acontecerá sua quarta edição. Vale ressaltar também que a partir deste ano o evento passou a fazer parte do calendário letivo do *campus*, podendo ser conferido através do endereço eletrônico: <[https://ifce.edu.br/crato/campus\\_crato/cursos/tecnicos/integrados/agropecuaria/pdf/calendario-2018-1\\_cursos-integrados.pdf](https://ifce.edu.br/crato/campus_crato/cursos/tecnicos/integrados/agropecuaria/pdf/calendario-2018-1_cursos-integrados.pdf)>.

Na seção a seguir, discorreremos sobre cada uma das edições realizadas do evento, apresentando datas, temas, objetivos, público-alvo e impactos gerados na comunidade escolar.

## **Re(mexendo) na cultura, construindo política de atuação e desenvolvendo práticas inclusivas: o desenrolar de cada edição do evento**

### **I Encontro sobre Diversidade**

Data: 27 de agosto de 2015

Tema: Diversidade (raça/etnia, gênero, sexualidade e religião)

Público-alvo: Estudantes, professores(as), técnico-administrativos do *campus* e comunidade externa.

Essa edição teve como principal objetivo discutir com o público-alvo a temática da diversidade, enfocando as relações de raça/etnia, gênero, orientação sexual e intolerância religiosa. A meta fundamental deste I Encontro foi expor à comunidade escolar as lutas do Movimento negro, Movimento de mulheres, Movimento LGBT e Movimento de enfrentamento à intolerância religiosa, situando a região do Cariri-CE. Os palestrantes foram professores de instituições parceiras e representantes dos referidos movimentos. Participaram do evento cerca de 100 pessoas, a maioria delas estudantes e servidores do próprio *campus*.

Percebeu-se, durante o evento, que a plateia carecia de maiores aprofundamentos em todas as discussões propostas, dado o fato de o *campus* nunca ter parado para pensar e debater tais questões. Houve várias participações da plateia, com comentários e perguntas. Uma manifestação, no entanto, causou certo estranhamento e pré-conceitos por parte de alguns dos presentes: foi quando um estudante sentiu-se à vontade para afirmar, em público, que fazia parte da umbanda. Como um dos temas era justamente a intolerância sofrida por religiões de matrizes africanas, o aluno – pensamos nós – achou por bem compartilhar suas crenças e dizer dos preconceitos que ele mesmo sentia na pele. Visto que o objetivo do evento era, de fato, promover um espaço de discussão e socialização de conhecimentos, o estudante agiu de acordo com o esperado.

Todavia, isso causou certo desconforto na plateia, fazendo com que o debate se prolongasse, surgindo, ao final, a sugestão de que a comissão organizadora do evento desmembrasse, posteriormente, os temas propostos, abrindo espaço para uma discussão mais ampla de cada um deles. Essa sugestão desencadeou a realização do *I Ato Ecumênico do IFCE campus Crato*, ocorrido em dezembro do mesmo ano, com o objetivo de propor um momento de diálogo entre quatro religiões específicas: católica, evangélica, espírita e candomblé. Esse foi um dos melhores momentos promovidos pela instituição e é lembrado até hoje por servidores e estudantes como uma ocasião muito bonita e rica de informações.

Outro fato notório ocorrido a partir do I Encontro foi a necessidade que se percebeu de se pautar, no *campus*, um debate mais frequente sobre esses assuntos.



Desse modo, as duas servidoras que pensaram, inicialmente, em realizar o Encontro sobre Diversidade, criaram também o Grupo de Estudos sobre Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que permanece até os dias atuais e caracteriza-se pela rotatividade e fluxo constante de estudantes. O objetivo geral do GDE é socializar conhecimentos sobre esses temas, promovendo uma cultura de respeito e convivência com a diversidade.

O Ato Ecumênico e a criação do GDE foram os dois principais impactos proporcionados pelo I Encontro sobre Diversidade, além de marcar o início do debate sobre esses assuntos e o estabelecimento de novas práticas educativas, com vistas à uma escola inclusiva.

**IMAGEM 1:** Auditório com servidores, estudantes e comunidade externa.



**Foto:** Geo Brasil (IFCE)

**IMAGEM 2:** Palestra de representante do Movimento Negro do Cariri



Foto: Geo Brasil (IFCE)

**IMAGEM 3:** Comissão organizadora e palestrantes



Foto: Geo Brasil (IFCE)

## II Encontro sobre Diversidade

Data: 27 a 29 de setembro de 2016

Tema: Diversidade e Educação Inclusiva

Público-alvo: Estudantes, professores(as), técnico-administrativos do *campus* e comunidade externa.

A segunda edição do Encontro ocorreu paralela ao I Seminário sobre Educação Inclusiva, em uma ação conjunta. Dessa vez o objetivo principal do evento foi ampliar os debates em torno da noção de inclusão e valorização das diversidades. Contou-se com a parceria de outros *campi* do IFCE, como Juazeiro do Norte, Iguatu e Cedro, além da Pró-Reitoria de Extensão do IFCE, da Associação Cratense de Defesa da Pessoa Surda (ACDPS), Associação de Cegos do Estado do Ceará (ACEC), Universidade Regional do Cariri (URCA), Coletivo Marias – organização feminista do Cariri, Coletivo Camaradas – organização popular que trabalha com arte e educação no Cariri cearense e o Grupo das Pretas Simoas - que compõe o movimento negro da região do Cariri.

Na programação, realização de mesas-redondas pela manhã, e à tarde, relatos de experiências, oficinas e minicursos durante os três dias de evento, além de um sarau com declamação de poesias, esquetes teatrais e músicas na noite do segundo dia.

As mesas-redondas abordaram os seguintes temas, respectivamente: 1- Educação, Emancipação Humana e Projeto “Escola sem Partido”; 2- Educação e Diversidade: uma questão de direitos humanos e de cultura democrática e 3- Educação Inclusiva: desafios e possibilidades de sua implantação em instituições de ensino.

Houve oficinas e minicursos sobre os seguintes temas: Braille; Libras; Tecnologias assistivas; Mobilidade e orientação; Racismo; Gênero, empoderamento e sororidade e Sexualidade. Os relatos de experiência, por sua vez, constitui-se em um momento em que representantes das diversas instituições parceiras foram convidadas(os) a compartilharem os trabalhos que desenvolvem em seus locais de atuação. Nesse sentido, segue o que foi compartilhado e os responsáveis por cada ação:

- IFCE *campus* Juazeiro do Norte: apresentaram duas experiências, um projeto de extensão – Grupo de Direitos Humanos, que desenvolve discussões sobre gênero, cuja responsável é a Psicóloga Fabrícia Keila. E uma experiência com educação inclusiva de cegos, a partir da atuação do NAPNE (Núcleo de

Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas), cujo responsável foi o Professor Guilherme Lacerda, atual diretor-geral do *campus*.

- IFCE *campus* Iguatu: Projeto de Equoterapia. Responsável: Psicóloga Maria Maísa.
- IFCE *campus* Cedro: Experiência de educação inclusiva. Responsável: Professora Raquece Cruz.
- IFCE *campus* Crato: GDE – Grupo de Estudos sobre Gênero e Diversidade na Escola. Responsáveis: Assistente de alunos Lorena Kelly e Assistente social Suamy Soares.
- Associação de Cegos do Estado do Ceará: relato dos trabalhos desenvolvidos pela associação. Responsável: Professor João Bosco de Farias.
- Estudante de Direito da URCA, Robson Gomes, relatou seus desafios enquanto estudante portador de necessidade educacional específica.

Participaram do evento cerca de 150 pessoas, entre estudantes e servidores, bem como pessoas de outras instituições de ensino do município do Crato e das cidades circunvizinhas. Todos os temas abordados nas palestras foram conduzidos por professores especialistas, mestres e doutores das áreas.

Em linhas gerais o II Encontro sobre Diversidade representou a continuação de um marco na história do *campus*, impactando-o positivamente uma vez que possibilitou amplo debate sobre temas importantes da atualidade, tais como: educação, emancipação humana, as nuances do projeto “escola sem partido”, sexualidade, racismo, educação inclusiva, equoterapia utilizada na educação, questões de gênero, direitos humanos, necessidades educacionais específicas, mobilidade, libras, braile e tecnologias assistivas – tudo isso trabalhado de forma integrada e dinâmica. Abaixo, seguem fotografias de alguns desses momentos:

**IMAGEM 4:** Palestra sobre escola inclusiva



Foto: Geo Brasil (IFCE)

**IMAGEM 5:** Auditório com estudantes e servidores



Foto: Geo Brasil (IFCE)

**IMAGEM 6: Oficina sobre Gênero, Sexualidade e Negritude**



Foto: Geo Brasil (IFCE)

**IMAGEM 7: Oficina sobre Inclusão (mobilidade e orientação)**



Foto: Geo Brasil (IFCE)

### III Encontro sobre Diversidade

Data: 28 de novembro de 2017

Temas: Sexualidade e Violência Doméstica

Público-alvo: Estudantes, professores(as), técnico-administrativos do *campus* e comunidade externa.

A programação da terceira edição do Encontro foi preenchida por uma palestra sobre o tema “Respeito à diversidade”, seguida de uma mesa-redonda sobre o tema “Prevenção à violência doméstica”. A abertura do evento foi feita com uma apresentação musical. Logo após, seguiu-se apresentando a retrospectiva histórica do evento e apresentação de um vídeo institucional de divulgação do GDE – Grupo de Estudos sobre Gênero e Diversidade na Escola.

Nessa etapa foram realizadas parcerias com uma escola de ensino médio da rede estadual do Ceará, bem como com o IFCE *campus* Juazeiro do Norte. A ideia foi proporcionar que as três escolas pudessem refletir sobre as questões de gênero e sexualidade, contribuindo com a formação dos sujeitos participantes e prevenindo, assim, possíveis reproduções de posturas homofóbicas e situações de violência contra a mulher.

Na ocasião foi convidado para contribuir com as discussões em torno da sexualidade o Professor Júnior Linhares, do curso de Psicologia da Universidade Leão Sampaio, que proferiu a palestra sobre Respeito à Diversidade; e para conduzir as discussões acerca da Violência Doméstica participaram a representante da Delegacia da Mulher do Crato-CE, Delegada Kamila Brito, o representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Cícero Soares, e a representante do Conselho LGBT do município de Juazeiro do Norte, Brendha Vlazack, mulher trans, que atua também nos movimentos pró-diversidade da região do Cariri.

Participaram dessa etapa cerca de 120 pessoas, entre comunidade interna e externa do *campus*. Algo importante a ser relatado aqui, registrado inclusive em ata pela comissão organizadora do III Encontro, foi a tentativa de boicote que o evento sofreu quando da sua realização.

É sabido por todos que o contexto político brasileiro passa por um momento de extremismos como nunca visto antes na história do país, com pessoas carregadas de ideias equivocadas e nocivas ao bem-estar social, políticos sem a menor capacidade de

leitura da realidade, desprovidos de qualquer inteligência ou bom senso, sem nenhum sinal de ética, honestidade ou vocação para lidar com a “coisa pública” em benefício do povo, dotados de uma prepotência sem tamanho e, por vezes, de um elevado fanatismo religioso, com dosagens agudas de conservadorismo regado a um falso-moralismo que, na verdade, só serve para encobrir a podridão de seu verdadeiro caráter.

Óbvio que essa não é a definição nem o reflexo de todos(as) os(as) políticos(as) brasileiros(as). Há aqueles(as) que cumprem com seu papel de honrar e bem representar a população – aqueles(as) que fazem da política um campo nobre de luta em prol dos direitos de todos(as), que buscam igualdade, justiça, equilíbrio social e que sabem que a política é um instrumento por meio do qual se pode alcançar esses propósitos.

Entretanto é notório que vivemos um avanço de pautas conservadoras no campo político e isso implica diretamente no fazer educacional. Há mais ou menos quatro, cinco ou seis anos, têm-se avançado no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas dos estados e nas Câmaras de Vereadores dos municípios projetos reacionários como o “escola sem partido”, o “estatuto da família” que elimina a pluralidade e os diversos tipos de arranjos familiares, a retirada da palavra “gênero” dos planos de educação, dentre outras investidas e ataques à educação brasileira. Nesse ínterim, afamou-se e ganhou os recantos de toda a nação a expressão “ideologia de gênero”, cunhada por grupos religiosos e políticos, que não serve para nada mais além de espalhar desinformação, pânico e terror entre a população e distorcer os estudos científicos sérios existentes no campo das ciências sociais quanto às questões de gênero.

Foi nesse contexto que a tentativa de boicote ao evento aconteceu. No dia anterior ao III Encontro e no dia em que o mesmo aconteceu houve a veiculação anônima de um panfleto intitulado “Ideologia de Gênero – uma agenda globalista para destruir a família”, contendo, ilegalmente, o símbolo do Estado do Ceará, que demonstrava o claro objetivo de induzir o(a) leitor(a) a pensar que aquele conteúdo era uma distribuição oficial do governo do estado. Um panfleto, a nosso ver, criminoso, esteticamente horrendo e cheio de inverdades, difundido com a nítida intenção de prejudicar a realização do evento.

Não podemos apontar com exatidão quem ou quais autores promoveram a distribuição do panfleto, mas afirmamos convictamente ter sido uma ação de conservadores, fanáticos e desinformados que, por ventura e infelizmente, frequentam o *campus*.



Atitudes extremas como essa só confirmam a urgência e necessidade de cada vez mais as escolas, de um modo geral, abordarem em seus currículos temas como gênero e diversidade, na perspectiva de superar a ignorância e os preconceitos que descambam sempre em ações impensadas. O principal objetivo do debate sobre gênero e diversidade deve ser suscitar uma cultura de paz e convivência respeitosa entre todas as pessoas, independentemente de raça/etnia, sexo, gênero, orientação sexual, geração, religião, classe social ou quaisquer outros marcadores sociais.

**IMAGEM 8:** Auditório com servidores(as), estudantes do IFCE e da Escola Estadual Violeta Arraes



**Foto:** Geo Brasil (IFCE)

**IMAGEM 9:** Estudantes e Palestrante convidado.



**Foto:** Geo Brasil (IFCE)

**IMAGEM 10:** Mesa-redonda sobre Prevenção à Violência Doméstica



**Foto:** Geo Brasil (IFCE)

## Conclusão

Em um país onde, por vezes, as diferenças são tomadas como sinônimo de defeito em comparação com um padrão dominante considerado como modelo de “normalidade”, é imprescindível discutir as diferenças do ponto de vista das riquezas que a diversidade nos apresenta, trazendo sempre presente a perspectiva do respeito, do reconhecimento e da valorização do(a) outro(a).

A escola, buscando cumprir o seu papel social de formar cidadãos e cidadãs, deve possibilitar espaços que levem ao conhecimento e respeito das culturas e à valorização da pluralidade, por meio do contato e “encontro com a diversidade”.

Como diz Andrade (2014, p.12), “a maioria das pessoas morrem sem morrer, vivem por viver, existem pela construção dos outros e não pela produção de si mesmo(a)”. Nesse sentido, encontrar-se com a diversidade é permitir-se, inclusive, a construir-se a si mesmo, produzir-se enquanto sujeito, a partir do (re)conhecimento do próprio eu no contato com o diferente.

Considerando que a escola é um lugar que reflete as tensões sociais nos seus mais diversos aspectos, concluímos que o estabelecimento de uma ação como o Encontro sobre Diversidade suscita e fortalece o debate sobre gênero e diversidade no âmbito escolar, promovendo um espaço de educação para a cidadania e para a democracia, proporcionando, ainda, o desenvolvimento de competências individuais e coletivas daqueles que participam da ação político-educativa.

Entendemos que quando a escola não oferece oportunidades de legitimação e reconhecimento das diversidades, os(as) estudantes se veem compelidos a se adaptar aos modelos que se esperam deles(as), ou a aceitar o rótulo de divergentes ou, ainda, reagir às discriminações e serem qualificados(as) como indisciplinados(as), numa trajetória que muitas vezes se desfecha com o abandono da escola.

É no ambiente escolar que os(as) estudantes podem delinear suas identidades individuais e de grupo, desenvolvendo suas aptidões e aprendendo valores fundamentais como o respeito às diferenças. É por meio de uma postura crítica e através do diálogo que se dão os primeiros passos para a desconstrução da naturalização das desigualdades, abrindo espaço para a construção da igualdade.

Nas três edições do Encontro sobre Diversidade percebeu-se a evolução da conscientização da comunidade escolar a respeito da necessidade de se abordar esses temas, ficando claro também o aumento da noção de respeito às diversidades,

especialmente entre os(as) estudantes que se envolvem nos eventos e nas discussões e ampliam seu leque de conhecimentos.

Costumeiramente, após cada evento, a comissão organizadora se reúne para avaliar os pontos negativos e positivos do evento. Foi assim nas três edições, sendo que na terceira, além da comissão do evento, houve também a aplicação de uma avaliação a uma mostra dos participantes. Dessa avaliação resultou que todos os participantes consideraram ser importante a abordagem de temas como sexualidade, gênero e violência doméstica, apontando que as escolas devem, com maior frequência, promover mais eventos dessa natureza.

Vale ressaltar que como o Encontro sobre Diversidade faz parte da política de atuação do *campus*, caracteriza-se por ser um evento de realização anual. Destarte, sua quarta edição terá como foco central o tema “Educação e Diversidades: perspectivas e desafios no contexto atual” e está prevista para ocorrer entre os dias 20 e 24 de agosto de 2018.

## Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travesti: a negação da escola e da vida. In: III SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS HUMANOS, 13, 2014. Anais... Vitória-ES, 2014. Disponível em: <[http://www.2014.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405337469\\_ARQUIVO\\_Artigo-Luma.pdf](http://www.2014.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405337469_ARQUIVO_Artigo-Luma.pdf)> Acesso em: 14 jun 2018.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003. **Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4886.htm)>. Acesso em: 10 mai 2018.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm)> Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece a Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

CANDAU, V.M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: \_\_\_\_\_ & MOREIRA A. F. (Orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Cap. 1, p. 13-37.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – DUDH, 1948.  
Documento disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2018.

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. Pensando a diversidade sexual nas escolas. **Revista Diversidade e Educação**, v. 2, n. 4, p.20-26, jul./dez. 2014.  
Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/6355/4061>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, IFCE. Documento disponível em:  
<<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/campus/crato.pdf/view>> Acesso em: 02 abr. 2018.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIZZA, Juliana Lapa. Gêneros e Sexualidades: estratégias para promoção de debates na formação de professores/as. **Multiárea. Revista de Didáctica**, [s.l.], n. 8, p.87-115, 16 mar. 2017. Universidad Castilla la Mancha. Disponível em:  
<[www.revista.uclm.es/index.php/multiareae/article/download/1084/pdf\\_1](http://www.revista.uclm.es/index.php/multiareae/article/download/1084/pdf_1)>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Recebido em Maio de 2018

Aprovado em Junho de 2018